

A TEORIA ECONÔMICA DE CELSO FURTADO: FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Mauricio C. Coutinho*

Introdução

Por qualquer critério, Celso Furtado (1920-2004) deve ser considerado o mais influente e renomado economista brasileiro de sua geração. Suas atividades diversificadas incluem uma experiência no *front* italiano durante a Segunda Guerra, a parceria com o famoso economista argentino Raul Prebisch nos estágios iniciais da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL-ONU), importantes atribuições no governo brasileiro no período anterior à ditadura militar e, após o exílio, uma larga carreira acadêmica em universidades européias e norte-americanas de renome.¹

Embora na Europa e nos Estados Unidos o nome de Furtado esteja bastante associado às primeiras versões da “teoria da dependência”,² ou ao estabelecimento de uma “teoria do subdesenvolvimento”,³ no Brasil seu legado inclui a elevada estatura moral, uma atividade prolífica como escritor e polemista e, entre os economistas, sua contribuição decisiva à difusão do pensamento econômico no país.

Com relação a este último ponto, vale notar que um número expressivo de estudantes brasileiros decidiu-se pelos cursos de Economia nos anos 1960 e 1970 como um resultado direto da leitura dos livros de Furtado. **Formação Econômica do Brasil**, um ensaio de interpretação da história econômica brasileira publicado em 1959, logo tornou-se uma espécie de leitura essencial, um item obrigatório na estante de todo cientista social, bem como o principal livro-texto na maior parte dos programas de História Econômica do Brasil. **Formação Econômica** tem o mérito adicional de haver proporcionado a muitos estudantes a primeira exposição a conceitos de economia.

Este livro cumpriu na verdade dois papéis distintos. Em primeiro lugar, ao tornar-se um trabalho de referência em história econômica brasileira, estimulou as pesquisas na área. Desde sua edição, um grande número de projetos de pesquisa em história econômica tem sido dedicado à comprovação (ou rejeição) das teses nele contidas. Por outro lado, e como mencionado, despertou em muitos leitores o interesse pela teoria econômica, provavelmente porque nele transborda a visão de Furtado sobre a ciência econômica – as técnicas científicas vistas como um instrumento essencial para a análise dos fenômenos sociais históricos.

Dado o impacto dos trabalhos de Furtado sobre os estudos de história econômica e de economia no Brasil, o presente trabalho está voltado à reconstrução da teoria econômica subjacente à esquematização histórica do autor, tal como apresentada na **Formação Econômica do Brasil**. Esta reconstrução será feita através da revisão da

* UNICAMP

¹ Para uma biografia intelectual autorizada de Furtado, ver Mallorquin (2005). As contribuições de Furtado à economia do desenvolvimento são assinaladas por Szmrécsanyi (2005).

² Posteriormente posta em sua forma canônica por Cardoso e Falleto (1970).

³ Em sua mais debatida versão, Frank (1967). Para a visão de Furtado sobre o subdesenvolvimento, Furtado (1975).

formação de Celso Furtado como economista profissional, bem como de uma atenção ao modo como ele concebia a análise econômica (na seção 1); de uma breve revisão dos principais ciclos econômicos brasileiros, de acordo com o que ficou conhecido como a interpretação canônica de Furtado (na seção 2); da identificação dos mecanismos e instrumentos de análise econômica mais atuantes na obra (na seção 3). Finalmente, a conclusão (seção 4) sintetiza os principais pontos de seu enfoque ao mesmo tempo histórico e teórico da ciência econômica, procurando estabelecer conexões entre eles.

1. A visão de teoria econômica de Furtado

Furtado foi um dos tantos estudantes de Direito de sua geração que teve a atenção atraída pelos problemas econômicos. No seu caso, o interesse em assuntos relacionados à organização conduziu-o ao estudo do planejamento, por sua vez um canal de acesso à ciência econômica. Em uma espécie de auto-retrato intelectual, traçado em 1973, Furtado esclarece que se tornou um economista autodidata, em virtude da limitação das disciplinas de Economia oferecidas pelos cursos de Direito.⁴ Na universidade, atraíram-no muito mais os estudos sociológicos (especialmente a sociologia alemã – Weber, Tönnies, Freyer, Simmel) e a história econômica. Recebeu sobretudo o impacto dos trabalhos de Pirenne sobre a sociedade medieval, e do historiador português Antonio Sérgio sobre Portugal.

Em resumo, os sociólogos e historiadores conduziram Furtado ao campo da Economia. Não o levaram diretamente à teoria econômica, porém, mostraram-lhe “... a importância dos estudos de economia, para melhor compreender a História.”⁵

Os estudos de doutoramento em Paris, concluídos em 1948, ofereceram-lhe a oportunidade de obter um aprendizado mais sistemático em teoria econômica. De fato, apesar de haver escolhido como objeto de tese um tema histórico, e de tê-lo desenvolvido sob a supervisão de um historiador, Maurice Byé, os estudos doutorais envolveram a realização de uma revisão ampla da teoria econômica.

A revisão incluiu a economia política clássica, especialmente Smith e Ricardo, e uma leitura de Marx surpreendentemente profunda, considerando-se a época. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**, livro que, embora publicado em uma fase posterior (1961), por ter sido composto de textos escritos nos anos 1950 reflete os estudos parisienses, apresenta as primeiras opiniões de Furtado sobre os principais sistemas de teoria econômica. Percebe-se que Smith, Ricardo, Marx, entusiasmaram-no e foram mais profundamente estudados do que os economistas neoclássicos. Dentre estes, as principais referências são os economistas suecos: Wicksell, Cassel e Myrdal. As notas sobre Marshall causam certa decepção, e, curiosamente, os comentários sobre Keynes denotam um contato superficial com sua obra. Parece que Hansen e Harrod foram as grandes fontes de Furtado em economia keynesiana.

Deve-se assinalar que os comentários de Furtado a respeito da teoria econômica são inteiramente orientados por seu envolvimento de toda a vida com os problemas do

⁴ A edição brasileira é Furtado (1983).

⁵ Furtado (1983), p. 36.

desenvolvimento. Tendo o desenvolvimento econômico como ponto de referência, ele elogiou o foco dos economistas clássicos e de Marx na noção de excedente, e deplorou seu abandono pelos economistas neoclássicos. Objetou à fixação dos clássicos no estado estacionário, bem como às dificuldades de Marx em admitir a tendência de crescimento dos salários, a seu ver, uma tendência histórica confirmada. Dentre as contribuições dos neoclássicos, Furtado enaltece os esforços de Schumpeter para reconciliar a teoria econômica com a inovação, embora tenha considerado qualquer esquema de equilíbrio geral incompatível com a temática do desenvolvimento econômico.

Em sua avaliação geral da teoria econômica, todos os grandes sistemas teóricos – o clássico, o neoclássico e o marxista – fracassaram em deixar uma contribuição decisiva ao fenômeno do desenvolvimento econômico, na medida em que não continham a devida combinação entre o raciocínio abstrato e o embasamento na realidade histórica. De acordo com Furtado, o principal problema metodológico nos estudos de economia é “... a definição do nível de generalidade – ou de concreção – à qual se aplica qualquer relação com valor explanatório”.⁶ No que diz respeito à teoria do desenvolvimento, os modelos abstratos foram considerados especialmente deficientes, já que não levaram em consideração dois aspectos decisivos, a irreversibilidade dos processos históricos e as diferenças estruturais entre as economias conforme seus distintos níveis de desenvolvimento.

Em outras palavras, a visão de teoria econômica de Furtado leva em consideração seu duplo caráter, histórico e abstrato. A análise econômica não pode deixar de lidar com este duplo caráter, o que implica a necessidade de estabelecimento, pelos analistas, dos limites de validade de seus modelos abstratos. Com efeito, este foi o compromisso permanente de Furtado: a aplicação de princípios gerais a realidades econômicas dotadas de historicidade.

2. Os ciclos históricos da economia brasileira

Formação Econômica do Brasil é considerada por comentadores credenciados uma das mais importantes aplicações do método de análise estrutural da CEPAL.⁷ Mais ainda, a obra pode ser vista como o exemplo mais bem sucedido daquilo que o próprio Furtado entendia como o trabalho do economista: a aplicação de abstrações racionais a uma determinada realidade econômica. Representa uma tentativa de reconstrução racional da história econômica brasileira ou, como o autor modestamente expressou, “... um esboço do processo histórico da economia brasileira”.⁸

2.1. Circunstâncias em torno da redação de **Formação Econômica do Brasil**

Antes da apresentação dos principais aspectos do “esboço” de Furtado, vale a pena revisar as circunstâncias que acompanharam sua redação. Em primeiro lugar, a visão da história econômica brasileira como uma sucessão de grandes ciclos econômicos, adotada pelo livro, não foi inteiramente inovadora. A idéia de que a economia brasileira

⁶ Furtado (1961), p. 20.

⁷ Ver Bielschowsky (1988).

⁸ Furtado (1959), Introdução.

evoluíra através de surtos econômicos isolados, relacionados ao comércio exterior – cana-de-açúcar, mineração, café – era bem aceita pelos historiadores. Nesse aspecto, Furtado trilha um caminho já desbravado.⁹ Sua inovação residiu na descrição dos mecanismos econômicos inerentes a cada ciclo, bem como na interpretação, particularmente original, da transição da agricultura para a indústria.

Em segundo lugar, cabe situar **Formação Econômica** no conjunto dos ensaios históricos de Furtado, os quais constituem sem dúvida uma parcela importantíssima de seu trabalho intelectual. A linha de ensaios históricos inclui dois trabalhos anteriores à **Formação Econômica**: a tese doutoral de 1948, **A Economia Colonial Brasileira**,¹⁰ um estudo da *plantation* açucareira colonial, e **A Economia Brasileira** (Furtado, 1954), uma obra que abrange a história brasileira do período colonial ao pós 1930, tão importante quanto pouco lida. De certo modo, **Formação Econômica do Brasil** representa uma seqüência destes dois trabalhos. O próprio Furtado admite, na introdução, que a obra foi concebida como um desenvolvimento de **A Economia Brasileira**. Após a publicação de **Formação Econômica do Brasil**, **Formação Econômica da América Latina** (Furtado, 1970) representaria a próxima adição importante à linha de estudos históricos.

Enfim, Furtado teve um compromisso permanente com os estudos históricos. Dedicou a eles atenção mesmo nos anos 1950, período em que seus compromissos com as atividades da CEPAL eram absorventes. A dedicação aos estudos históricos em meio a tão intensas atividades profissionais – consultoria em diversos países, ensino, planejamento, sustentação de polêmicas – testemunha, além da imensa capacidade de trabalho do autor, a importância que Furtado e a equipe da CEPAL conferiam ao estudo das raízes históricas dos países latinoamericanos.

Finalmente, as circunstâncias pessoais adicionam um último, mas não menos relevante, ponto circunstancial em torno da redação de **Formação Econômica**. Sabe-se que no final de 1957 Furtado interrompeu suas atividades profissionais na CEPAL, iniciando um período de pesquisas na Universidade de Cambridge. Em Cambridge, embora tenha dedicado a maior parte do tempo ao estudo das controvérsias sobre a teoria do crescimento econômico, optou por escrever um livro de história econômica brasileira. Entre um seminário e outro com os membros do círculo keynesiano – Kaldor, Sraffa, Joan Robinson – e em meio aos debates candentes em torno do recém publicado modelo de crescimento de Kaldor, Furtado decidiu transformar seu ensaio de 1954, **A Economia Brasileira**, em uma nova obra, concebida como um “vasto afresco” da história econômica do Brasil.¹¹ O afresco compartilhava o método usual de “... aproximar História e análise econômica”.¹² Este o contexto específico em que **Formação Econômica do Brasil** foi concebida.

Pode-se dizer que, a despeito de ter sido escrita no ambiente teórico extremamente provocativo de Cambridge, **Formação Econômica do Brasil** é tributária apenas da tradição latino-americana, em um duplo sentido: foi construída a partir dos ensaios históricos anteriores de Furtado e incorporou a experiência da CEPAL no tratamento das

⁹ Para uma interpretação clássica da economia colonial brasileira, ver Prado Jr. (1996), cuja primeira edição é de 1942. Embora não assinalado na **Formação Econômica**, o enfoque de Furtado sobre a economia colonial apóia-se na interpretação de Prado Jr.

¹⁰ Publicada apenas em 2000. Ver Furtado (2000).

¹¹ De acordo com o primeiro volume de memórias de Furtado. Ver Furtado (1985), p. 205.

¹² Furtado (1985), p. 205.

restrições externas e da taxa de câmbio. Furtado transpôs para o ensaio histórico o conhecimento de política cambial que havia adquirido no debate latino-americano dos anos 1950.

2.2. Os grandes ciclos da economia brasileira

A reconstrução racional da história econômica brasileira feita por Furtado ergueu-se sobre os alicerces de um esquema dos fluxos de renda. O ponto de referência de **Formação Econômica** é o desenho básico dos fluxos de renda, adaptado a cada um dos grandes ciclos da economia brasileira.

Na visão de Furtado, a descoberta do Brasil, em 1500, representa um episódio da expansão mercantilista portuguesa. Após algumas tentativas frustradas de estabelecer uma exploração lucrativa da nova colônia, os portugueses finalmente introduziram um negócio promissor no território, a *plantation* canavieira. O negócio do açúcar sempre foi baseado na escravidão e, fracassados os esforços de converter os ameríndios em uma mão-de-obra escrava produtiva, o tráfico africano impôs-se como a alternativa lógica à escassez e/ou inadequação da força de trabalho.

Até este ponto, Furtado seguiu as interpretações históricas disponíveis em seu tempo. Sua contribuição inicia-se com a incorporação ao enfoque cíclico de uma nova explicação econômica, baseada em poucas variáveis e instrumentos de análise, que incluem, além do fluxo de renda, o contraste entre recursos abundantes e escassos, e um arcabouço dos mecanismos de ajustamento entre oferta e demanda.

No caso do ciclo açucareiro, a mecânica do ciclo é vista do seguinte modo:

1. Os proprietários de terra tomam empréstimos aos comerciantes de açúcar e importam parte do equipamento e a totalidade dos escravos. O ressarcimento destes empréstimos e a aquisição de escravos e equipamentos irá absorver parte das receitas de exportação de açúcar.

2. Outra parte das receitas constitui o lucro líquido do negócio. Os proprietários aplicam o lucro no consumo de mercadorias européias ou na expansão dos negócios (o que significa aquisição de escravos e equipamentos – a terra é um bem livre). Assim, todos os lucros, bem como o investimento, transformam-se em gastos no exterior.

3. Como não existe trabalho assalariado na economia, os lucros representam a única renda monetária. Circula pouco dinheiro no interior do território colonial. O modelo simplificado pressupõe que os escravos produzem seus próprios meios de subsistência, no tempo que sobra da atividade principal. Outras atividades importantes, como o transporte e a provisão de combustível, são também não-monetárias, vale dizer, baseadas no trabalho dos escravos.

Todos os custos internos de produção de açúcar são “virtuais”, ou não-monetários, no sistema de Furtado. Eles podem exercer impacto sobre os lucros, na medida em que a aquisição de escravos representa um desembolso de capital, tendo que ser contabilizado o tempo despendido por eles nas diversas atividades. De todo modo, a ausência de fluxos monetários na direção das atividades internas desenvolvidas fora dos limites da firma canavieira implica sua letargia. O sistema de Furtado é dual: produção açucareira (setor dinâmico, alto nível de produtividade) versus setor de subsistência (letárgico, baixo nível de produtividade, ausência de excedente).

A expansão da economia depende do dinamismo da demanda por açúcar e da emergência de competidores coloniais. Enquanto a produção brasileira for competitiva e

os preços internacionais sancionarem lucros elevados, as lavouras serão estendidas por novas terras. Terra é o fator abundante, o que leva Furtado a ignorar a renda da terra. Capital, o que inclui os escravos, é o fator escasso. O progresso técnico é desconsiderado. O sistema expande-se “horizontalmente”, pela adição de unidades produtivas similares. Os limites desta expansão são: a) a elevação dos custos (já que a terra livre é distante e sua utilização implica custos crescentes)¹³; b) a exaustão de terras em boa localização ou de combustível, devida à devastação das florestas; c) a queda de preços do açúcar, em decorrência de oferta excessiva ou não-regulada. Todos estes fatores estimulam a competição internacional, e no devido tempo a concorrência das colônias holandesas afetaria a produção brasileira. A *plantation* açucareira brasileira torna-se então um sistema decadente.

Na visão de Furtado, a crise da *plantation* canavieira não leva à diversificação da economia, nem tampouco a uma substituição relevante de atividades. Mesmo na fase expansiva, a ausência de pagamentos em dinheiro e o baixo nível de produtividade na “economia de subsistência” bloqueiam os estímulos de demanda a todas as atividades fora do núcleo açucareiro. Na fase de decadência, os plantadores de açúcar não podem custear a aquisição de novos escravos e/ou a ocupação de nova terra. O sistema açucareiro não desapareceu, mas entrou em um estágio letárgico, com conseqüências sociais profundas.

Após o declínio da economia açucareira, a descoberta de ouro no Brasil central, no século XVIII, ensejou um novo ciclo expansivo. A economia mineira representa também um sistema movido pela demanda externa, mas seu fluxo de renda típico diferiu do que caracterizou o ciclo açucareiro, devido aos seguintes fatores:

i. O ciclo do ouro foi de curta duração (as minas esgotaram-se em menos de um século) e permaneceu confinado a uma região bem restrita. O confinamento facilitou o controle por parte da coroa portuguesa, levando a uma elevação dos fluxos de tributo para o exterior do território.

ii. Os escravos eram autorizados a trabalhar apenas nas minas, e não nas atividades de subsistência paralelas. Ao contrário da firma açucareira, a firma mineradora não era auto-suficiente. Dependia de outros setores, especialmente para a provisão de alimentos. Na verdade, o ciclo do ouro estimulou a urbanização e a economia urbana. Admite-se, portanto, a existência de atividades econômicas relevantes fora do núcleo minerador.

iii. Os lucros líquidos da atividade mineradora não foram muito elevados, devido ao peso dos tributos.

Por todas essas razões, e à diferença do que ocorreu no ciclo açucareiro, o ciclo minerador estimulou a diversificação de atividades e intensificou as transações monetárias. O efeito multiplicador expandiu a renda.

Já que a existência de um contingente significativo de trabalhadores livres em torno da firma mineradora é reconhecida, a questão passa a ser: por que o desenvolvimento do mercado interno não levou a economia brasileira a um desenvolvimento auto-sustentado? A resposta de Furtado introduz, como uma espécie de recurso *ad hoc*, o argumento de que a baixa capacitação tecnológica da população imigrante teria restringido o desenvolvimento do mercado interno.

¹³ O que, no entanto, não leva Furtado a considerar a existência de renda diferencial.

Desse modo, a curta duração do ciclo aurífero e a falta de capacitação técnica teriam inibido o desenvolvimento de um mercado interno, a despeito da presença de transações monetárias e de trabalho assalariado (ou remunerado monetariamente). Passando ao largo da acuidade histórica das conclusões de Furtado,¹⁴ é importante assinalar que, de acordo com sua visão, a economia açucareira, diferentemente da economia mineira, jamais poderia ter-se desenvolvido na direção de uma economia auto-sustentada. Em contraste, o ciclo minerador continha propriedades auto-estimulantes. Condições circunstanciais bloquearam a transição para uma economia auto-expansiva. O fim do ciclo minerador fez com que a população se dispersasse na “economia de subsistência”.

O terceiro grande ciclo exportador – o ciclo do café – representa um ponto de inflexão na economia brasileira. Este ciclo iniciou por volta de 1830, após a independência, envolvendo capital nacional. As plantações de café logo transbordaram de sua locação original, nos arredores do Rio de Janeiro, para os platôs de São Paulo. O término progressivo do tráfico de escravos levou a economia a uma virada decisiva, na medida em que a expansão do negócio implicou a transição para um regime de trabalho livre. Com efeito, a *plantation* cafeeira representou a primeira atividade econômica dependente de um uso massivo de trabalho livre no Brasil.

A constituição de um mercado de trabalho baseado no trabalho assalariado ou semi-assalariado¹⁵ demandou uma política de imigração massiva, patrocinada pelo governo. No esquema de Furtado, o importante é que o trabalho assalariado, uma vez estabelecido, impôs novas características ao fluxo de renda, que assume os seguintes traços:

i. As exportações de café garantem a disponibilidade de divisas internacionais. Parte destas divisas é destinada ao pagamento dos bens de consumo dos fazendeiros, que são importados.

ii. Outra parte dos rendimentos é convertida em moeda nacional e gasta em salários ou em outros insumos para a lavoura cafeeira.

iii. Os salários e outras despesas em dinheiro no mercado interno ativam o mecanismo multiplicador, dinamizando a economia interna. O ciclo do café estimulou a urbanização e a expansão das atividades econômicas urbanas em geral.

A expansão da lavoura cafeeira dependia, como nos outros ciclos exportadores, da demanda externa. Enquanto os preços fossem sustentados em níveis elevados, novos capitais acorreriam para a atividade. O modelo de economia cafeeira de Furtado é uma variação de um modelo de crescimento com oferta ilimitada de trabalho: o trabalho e a terra são os fatores abundantes, e o capital o fator escasso. No ciclo cafeeiro, a oferta de mão-de-obra foi garantida por uma dotação inicial de imigrantes, seguida pelo influxo de trabalhadores brasileiros dispersos no “setor de subsistência”, os quais viam na nova ocupação uma oportunidade de elevação do padrão de vida. A permanente disponibilidade de mão-de-obra nos setores de baixa produtividade estabelecia um teto

¹⁴ Tem sido contestada pelos historiadores a tese de Furtado sobre a decadência das atividades no território mineiro, em decorrência da exaustão das minas.

¹⁵ Os trabalhadores do café recebiam um pagamento em dinheiro e eram autorizados a cultivar milho ou outros produtos básicos nos interstícios das linhas do cafezal. Estes produtos eram consumidos ou vendidos.

para os níveis salariais, deste modo conectando os salários nos setores dinâmicos aos rendimentos do trabalho na “economia de subsistência”.

É importante assinalar que a análise da expansão cafeeira de Furtado abre um amplo espaço para a política econômica. Na verdade, só se pode entender a vertiginosa expansão da lavoura cafeeira brasileira no final do século XIX e décadas iniciais do século XX como um resultado de circunstâncias particulares, que incluíam a influência da burguesia cafeeira sobre a política econômica da nascente república e o fato de o Brasil ter-se convertido em um produtor quase monopolista. Ambas as circunstâncias favoreceram a implementação de uma política de proteção, que garantiu por longo tempo a rentabilidade dos cultivos e afastou a ameaça de super-produção para horizontes remotos. Esta política consistiu, principalmente, na formação de estoques reguladores financiados por empréstimos externos, associada a um manejo adequado da liberação dos estoques no mercado, de modo a evitar-se uma queda de preços drástica. Naturalmente, a política de proteção da lavoura levou à expansão desmedida dos cultivos.

A Grande Depressão dos anos 1930 pôs um termo à expansão dos cultivos e antecipou uma crise que seria de todo modo inevitável. Com a queda da demanda, e diante dos números extraordinários alcançados pelos estoques de café existentes e pela produção prospectiva, os preços pagos aos produtores despencaram. De acordo com Furtado, o governo viu-se diante de duas opções: ou admitia a quebra natural dos produtores, com todas suas conseqüências, ou procurava estender uma rede de segurança, na forma de um programa sustentado de aquisições do café, acompanhado de certa garantia de preços. Adotou-se a última opção, que foi ainda suplementada pela queima de parte dos estoques de café.

Embora concebida como uma medida de proteção dos cafeicultores, e não como o resultado de ponderações das vantagens gerais para a economia brasileira, a política governamental acabou por evitar um declínio mais drástico da renda. Financiada por expansão monetária, já que o mercado internacional de empréstimos encontrava-se fechado e as finanças públicas estavam em colapso, acabou por favorecer a expansão econômica, ao invés de pura inflação, uma vez que havia abundância de recursos ociosos. Na visão de Furtado, a política cafeeira pós-30 desempenhou o papel da construção de pirâmides, do célebre exemplo de Keynes.

O início do processo de industrialização no Brasil foi uma conseqüência direta do desenvolvimento do mercado interno produzido pela expansão do café, bem como pelas políticas de proteção adotadas. Em uma perspectiva mais ampla, a industrialização deve ser vista como a resposta às restrições às importações, as quais levaram ao “processo de substituição de importações” – um processo de ajustamento da estrutura de oferta sob severas restrições na capacidade de importar.

Não se pretende aqui discutir as características da industrialização brasileira, conforme a interpretação de Furtado e dos economistas da CEPAL. Porém, breves notas podem auxiliar a compreensão dos mecanismos econômicos que estão por detrás da reconstrução racional do processo de industrialização efetuada por Furtado.

Para começar, a industrialização e o ciclo cafeeiro compartilham a característica de serem baseados em um fluxo de renda inteiramente monetário. Todas as principais transações na economia – inclusive o pagamento de fatores – envolvem dinheiro. Embora o ciclo do café seja ativado pela demanda externa e a industrialização pela demanda

interna, ambos os processos acionam o mecanismo multiplicador, por envolverem transações monetárias.

Em segundo lugar, cabe destacar que o dinamismo do processo de industrialização depende tanto da existência de demanda interna quanto da capacidade de a economia adaptar sua estrutura de oferta e superar os diversos obstáculos com que se depara. Os mais importantes obstáculos são as descontinuidades na estrutura industrial interna, as deficiências de infraestrutura e o pequeno tamanho do mercado, diante das economias de escala prevalentes no setor industrial. De todo modo, o crescimento da produção industrial interna deve ser visto como uma resposta às mudanças de preços relativos, que por sua vez foram subprodutos dos movimentos drásticos da taxa de câmbio que sucederam o colapso das exportações.

A imposição de tarifas protecionistas e de outros controles administrativos às importações proporcionaram mudanças suplementares nos preços relativos, estimulando a produção local. Finalmente, a contínua expansão do mercado interno e da produção industrial colocou a capacidade de importação sob permanente pressão, levando à continuidade do processo de substituição de importações.

No caso do Brasil, as dimensões consideráveis do mercado impeliram o processo de substituição de importação a fases superiores, vele dizer, à produção interna de bens de consumo duráveis, de bens intermediários e até mesmo de alguns equipamentos. Na visão de Furtado, em tais condições a estrutura industrial tende a tornar-se “completa”, e as relações interindustriais menos dependentes das importações. Isso não significa o fim da condição subdesenvolvida, a qual, em última análise, está relacionada à existência de uma estrutura econômica dual: um mercado de trabalho dual (graças à permanência de largos contingentes de trabalhadores no “setor de subsistência”), e heterogeneidade estrutural entre os setores de atividade. No entanto, o fato de o dinamismo econômico passar a depender da demanda interna, ao invés da externa, significa que se encerrou o velho padrão de crescimento ativado por exportações.

3. Algumas características da análise econômica de Furtado

Esta seção concentra-se nos quatro elementos nucleares da análise econômica de Furtado: relação entre produtividade e absorção/liberação de recursos; transações monetárias versus transações em espécie; economia de subsistência versus economia excedentária; preços relativos. Vale notar que a utilização de conceitos econômicos por Furtado é bastante peculiar, e nem sempre coincidente com o sentido geral aceito pelos economistas. A atenção aos significados atribuídos a alguns dos conceitos pode contribuir para estabelecer o alcance, e também os limites, da análise econômica de Furtado.

Na visão de Furtado, as economias coloniais são depósitos de fatores de produção ociosos ou sub-utilizados: terra, recursos naturais, trabalho (quando existe população espalhada pelo “setor de subsistência”). A descoberta de minas de ouro e prata, ou o cultivo de produtos de elevada demanda – café, açúcar, cacau, borracha – conecta estes recursos à economia mundial. Em outras palavras, o comércio internacional cumpre o

papel de mobilizar os recursos antes ociosos e de despertar uma economia adormecida, elevando sua produtividade.

Quando os surtos de exportação extinguem-se antes da adoção de um substituto, ou anteriormente à obtenção de diversificação econômica e ao desenvolvimento de um mercado interno, a economia retroage e os recursos retornam à ociosidade. O estado retroativo não leva a economia a uma situação idêntica à que antecedeu o surto expansivo; de todo modo, os recursos retornam a condições de sub-utilização.

A descrição acima traz à tona dois elementos importantes do sistema de Furtado: o papel do comércio internacional e os mecanismos que determinam uma elevação/queda de produtividade. O comércio externo tem o papel virtuoso de despertar os fatores internos que, não fora por isso, permaneceriam adormecidos. Razões históricas diversas levaram alguns países (Estados Unidos, Austrália) a obter sucesso na transição do primeiro estágio – desenvolvimento voltado para fora – ao segundo – desenvolvimento do mercado interno. Outros países, como o Brasil, efetuaram esta transição tardiamente ou, o que é mais importante, sob condições diferentes e com conseqüências diferentes. Deixando de lado qualquer discussão suplementar sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, o importante aqui é salientar a importância que Furtado concede à dinâmica de absorção/liberação de recursos sub-utilizados, bem como suas implicações.

As concepções específicas de produtividade utilizadas por Furtado em diferentes partes de sua obra também merecem atenção. De acordo com Furtado, ocorre uma elevação de produtividade em três situações: i. absorção de recursos sub-utilizados; ii. elevação de preços internacionais, um fenômeno típico das exportações primárias; iii. um crescimento de produtividade “smitheano”, típico da manufatura e da indústria.

A primeira e a segunda situações são as mais relevantes, à medida que se moldam ao que ocorreu no desenvolvimento econômico da América Latina. O simples estabelecimento de um front exportador, a expansão de um comércio de exportação já conhecido (caso do café), ou um mero crescimento nos preços de exportação, podem ser considerados fatores que elevam a produtividade geral do sistema. A elevação deve-se a duas razões. Em primeiro lugar, os recursos são transferidos de utilizações menos produtivas para outras mais produtivas. Em segundo lugar, e no caso de uma alta de preços, o mesmo montante de recursos passa a proporcionar acesso a uma maior quantidade de mercadorias no mercado internacional. Em outras palavras, uma mudança positiva nos termos de troca e/ou a simples transferência de recursos já existentes para usos mais produtivos – já que conectados a alta demanda e a preços elevados – aumenta a produtividade da economia como um todo.

Por outro lado, existem aumentos de produtividade relacionados à organização das atividades produtivas, ou ao progresso técnico. Estes aumentos têm uma tradução física: maior produção por unidade de insumos. Na visão de Furtado, a agricultura é pouco relacionada ao progresso técnico, ao menos na América Latina. Por exemplo, a produtividade foi maior na *plantation* açucareira do que na “economia de subsistência”, no período de auge, basicamente graças aos preços favoráveis do açúcar. Como a terra e o trabalho eram fatores sempre disponíveis, não existiu competição entre os produtores e, portanto, indução ao progresso técnico. Furtado não reconhece a existência de progresso técnico na *plantation* açucareira, e dá pouco destaque a ele no caso do café. Como regra geral, o progresso técnico desempenha um papel secundário nas economias de

exportação. A chave dos aumentos de produtividade nas economias coloniais residia nos preços dos produtos de exportação.

A conclusão a que se chega é de que o processo de substituição de importações desperta duas fontes de elevação de produtividade. De um lado, ocorre a transferência contínua de trabalho do “setor de subsistência” para as ocupações industriais e urbanas, ou seja, de atividades de baixa produtividade para atividades de alta produtividade. Do outro, a atividade industrial em si envolve um progresso técnico e um aumento de produtividade física contínuos. A visão de Furtado é de que os padrões tecnológicos na indústria são inteiramente determinados pelos países desenvolvidos, que dispõem de outra dotação de fatores produtivos e outra estrutura de preços relativos. Esse mimetismo tecnológico da indústria atenua a capacidade de eliminação dos bolsões de trabalho disponíveis nos “setores de subsistência”, o que representa mais um fator a retardar a superação do subdesenvolvimento.

Como vimos, a constituição de um mercado de trabalho assalariado é um ponto central no esquema de Furtado. Em relação a esse tópico, a leitura de **A Economia Brasileira** resulta particularmente esclarecedora. Furtado examina nesta obra as consequências da dissolução do mundo feudal pela economia mercantil, enfatizando os contrastes entre sistema mercantil e economia manufatureira. Os contrastes proporcionam uma chave para o entendimento da visão particular do autor a respeito dos impactos da emergência de um mercado de trabalho assalariado em uma economia colonial (ou subdesenvolvida).

Conforme **A Economia Brasileira**, o modelo clássico de dissolução da economia feudal pelo comércio teria aumentado a demanda pelos produtos dos artesãos tradicionais, estimulando assim a reorganização da produção pelos capitalistas (os comerciantes). Nesse processo gerou-se o que Furtado denomina de “lucro industrial”. Ao contrário do lucro comercial tradicional, o lucro industrial tem que ser incorporado aos preços de venda das mercadorias, já que representa a retribuição de um fator da produção. Estabelece-se uma necessidade premente de desembolso, e a impossibilidade de reter o lucro na forma de tesouro. Na imagem utilizada por Furtado, os lucros industriais – à semelhança dos salários e dos outros rendimentos pagos – só adquirem existência real quando o produto é vendido, o que explica a urgência de liquidação das operações. Na medida em que os ciclos produtivos baseiam-se no crédito e em que a ausência de liquidação significaria o descumprimento de obrigações, gera-se um impulso suplementar às vendas. Ora, na visão de Furtado, é a necessidade de pronta liquidação que abarrota os mercados, eleva a competição entre os vendedores e induz à redução dos custos de produção. Enfim, o pagamento de fatores leva a uma reorganização dos processos produtivos, sob a pressão da concorrência.

Os dois pontos a merecerem destaque neste relato são a pressão de vendas (e a decorrente indução à modernização), e a relação entre tal pressão e a existência de um fluxo de desembolsos no interior da comunidade, mesmo quando o produto é destinado ao mercado externo. O pagamento aos fatores origina um fluxo permanente de renda no mercado interno, o qual acaba por abranger todas as cadeias produtivas.

Diferentemente do que ocorria na produção artesanal tradicional, “... a atividade do homem de negócios não mais se restringe à criação de renda para ele próprio, mas

tem, como efeito lateral, o aumento da demanda por um grande número de pessoas no interior da comunidade”¹⁶ – e aí o efeito multiplicador.

É evidente a analogia com a economia de *plantation* escravista. Nela, os desembolsos no mercado internos são inexistentes. A situação é ainda agravada pelo fato de os lucros dirigirem-se para fora, para a compra de escravos e equipamentos, o pagamento de dívidas, a aquisição de bens de luxo. O efeito multiplicador não opera e o restante da economia permanece em um estágio de subsistência.

Mais ainda, como o progresso técnico, na visão de Furtado, surge e é impelido pela concorrência inerente ao processo de “lucro industrial”, ele não representa uma característica intrínseca ao sistema pré-mercantil. *Mutatis mutandis*, o progresso técnico não constitui um elemento inerente à economia colonial.

O que vem a ser uma “economia de subsistência”? A pergunta é cabida, porque Furtado aplica a expressão a muitas situações diversas. Em uma economia colonial, todas as atividades fora dos núcleos exportadores fazem parte do “setor de subsistência”. Por exemplo, as manadas de gado que povoaram o *hinterland* nordestino e que proporcionavam carne para o consumo das cidades ou dos engenhos açucareiros, faziam parte da “economia de subsistência”. A provisão de alimentos para os escravos nas minas de ouro também fazia parte das atividades “de subsistência”. Mesmo após o estabelecimento do processo de industrialização, uma parcela significativa da agricultura é mantida em condições “de subsistência”.

O curioso é que o “setor de subsistência”, além de manter as pessoas nele envolvidas, proporciona alimentos para os setores exportadores líderes e para as populações das cidades. Chega-se a um paradoxo: o “setor de subsistência” produz excedente. Furtado recorre sempre à presença de uma estrutura dual, a qual compreende os setores líderes (produtores de excedente) e a “economia de subsistência”. Na verdade, “subsistência” aparece aqui como sinônimo de baixa produtividade.

Deixando de lado a aparente inconsistência na utilização do termo, a questão que emerge é a seguinte: se o “setor de subsistência” é capaz de produzir excedentes, a que preços eles são vendidos? Quais as relações de troca entre os bens de exportação e os produtos de mercado interno? Ou ainda, como determinar os preços relativos? A questão é relevante, já que, sendo o modelo de Furtado bi-setorial – o setor exportador e setor de subsistência efetuam trocas monetárias –, o simples estabelecimento dos preços de exportação pelo mercado não é suficiente para determinar o quadro econômico como um todo. Adicionalmente – e para complicar ainda mais – embora Furtado admita que os bens são trocados em um ambiente monetário, não admite fluxos de moeda entre o “setor de subsistência” e o resto da economia.

Formação Econômica do Brasil não oferece uma resposta satisfatória a estas interrogações. Possivelmente, Furtado considerava residuais as transações monetárias com o “setor de subsistência”. Desse modo, pôde prescindir de um olhar mais atento à difícil questão dos preços relativos.

A discussão anterior conduz ao tratamento dado por Furtado aos preços relativos. Conforme foi dito, na análise dos ciclos exportadores nenhuma atenção foi conferida aos preços dos produtos básicos de mercado interno, mesmo quando admitida sua produção

¹⁶ Furtado (1954), p. 38.

fora das unidades exportadoras. No entanto, a remuneração do trabalho (nas situações em que se admite a existência de trabalho livre) foi fixada a um nível imediatamente superior ao que prevalecia no "setor de subsistência". Quanto custam as mercadorias que compõem a cesta de subsistência, ou qual a relação de preços entre os produtos exportados e os de mercado interno? A questão é decisiva para a determinação da dinâmica da relação entre mercado interno e mercado de exportações, no âmbito de um modelo a dois setores.

Se considerarmos que os preços dos produtos de exportação são dados pelo mercado externo, pode-se admitir que a distribuição de renda e os lucros são determinados pelos preços internacionais e pelo nível de subsistência. Para que o modelo seja completo, no entanto, teríamos que fixar os preços dos bens de subsistência, o que implica adotar a hipótese de ausência de restrições à expansão da produção de bens básicos, a custos fixos. Em outras palavras, uma hipótese de oferta perfeitamente elástica de bens básicos, a qual não é explicitada por Furtado e nem mesmo parece corresponder ao espírito do modelo.

Já na análise do processo de substituição de importações, os preços relativos desempenham um papel crucial. O esquema de Furtado incorpora tanto os termos de troca quanto os impactos das mudanças da taxa de câmbio sobre os preços internos. Como vimos, a indústria nacional tornou-se viável exatamente porque a taxa de câmbio e a proteção adicional colocaram os produtos domésticos em condições competitivas face aos fornecedores internacionais. Vale dizer, o processo de substituição de importações envolve um ajustamento entre as estruturas de oferta e demanda, comandado pelas mudanças de preços relativos. Cabe a ressalva, contudo, de que as relações de preços dos produtos produzidos internamente continuam a não fazer parte do esquema básico de Furtado mesmo ao longo do processo de industrialização.

A rigor, ao longo do texto Furtado adota outras hipóteses que se referem à formação de preços. Por exemplo, considera que a oferta de produtos agrícolas é inelástica a preços (e daí a tendência inflacionária produzida pela urbanização); menciona as condições de monopólio e monopsonio presentes em alguns ramos da indústria. Trata-se, porém, de hipóteses voltadas à explanação da tendência inflacionária supostamente inerente ao processo de substituição de importações, as quais não chegam a compor o modelo de preços subjacente à estrutura básica do processo substitutivo. Pode-se dizer que, exceção feita aos impactos sobre os preços relativos produzidos pelos ajustamentos da taxa de câmbio ou por outros movimentos relacionados ao balanço de pagamentos, Furtado mantém os preços relativos fora de seus esquemas.

4. Conclusões

Os principais instrumentos de análise econômica presentes na reconstrução racional da história econômica brasileira efetuada por Furtado são: i. os ajustamentos entre as estruturas de demanda e oferta; ii. o fluxo de renda; iii. o mecanismo multiplicador.

O ajustamento entre as estruturas de oferta e demanda, em trajetórias de crescimento instáveis e afastadas do equilíbrio, é a pedra de toque da dinâmica de

Furtado. A decomposição dos elementos da demanda e da oferta agregada, levando em consideração a estrutura de classes e um esquema sumário que abrange distribuição de renda, produção interna, importações e exportações, além da distinção entre bens de consumo e de investimento, é parte do esquema analítico de **Formação Econômica do Brasil**. No processo de substituição de importações, as mudanças de preços relativos desempenham um papel no ajustamento de oferta e demanda. No entanto, o uso dos preços relativos é limitado – restringe-se aos termos de troca e ao contraste entre *tradeables* e *non-tradeables*.

O fluxo circular de renda pode ser considerado o horizonte de análise permanente de Furtado. Sua versão do fluxo de renda admite dois traços peculiares: a distinção entre renda monetária e não-monetária, e a ênfase no comércio internacional. Com efeito, as transações e os pagamentos de fatores de natureza não-monetária são mantidos à parte do fluxo circular, simplesmente porque eles não ativam o mecanismo multiplicador, na versão de Furtado. As despesas não-monetárias podem até mesmo ser contabilizadas como custos, como no caso da subsistência dos escravos – o que significa que elas têm valor, podem ser expressadas em dinheiro e afetam a rentabilidade dos negócios. Ainda assim, escapam do fluxo de renda.

Por sua vez, as importações e o pagamento de fatores no exterior representam vazamentos no fluxo de renda. Não se trata da distinção tradicional entre Renda Interna e Renda Nacional, mas de vazamentos no fluxo de renda. Do mesmo modo, as exportações crescem de modo limitado à renda interna, porque a ausência de pagamentos em dinheiro inibe a atuação do multiplicador.

Finalmente, o mecanismo multiplicador figura como uma peça importante da caixa de ferramentas de Furtado. Neste caso, o traço peculiar reside na distinção entre rendas monetárias e não-monetárias. A bem da verdade, as rendas não-monetárias não contam como renda, para efeitos macroeconômicos. Elas não ativam o mecanismo multiplicador, que representa o motor dos modelos de crescimento presentes na **Formação Econômica do Brasil**.

Afora os instrumentos de análise assinalados, as abstrações de Furtado constroem-se sobre uma série de fatos estilizados. Os mais importantes afloram nos contrastes entre transações monetárias e em espécie, economia excedentária e de subsistência, setores de atividade econômica líderes e atrasados.

Aparentemente – às vezes, explicitamente -, as transações em espécie pressupõem um padrão de valor, ou a existência de preços estimados em moeda. Ora, não sendo a escassez de moeda uma questão relevante nos modelos de Furtado, conclui-se que a economia não-monetária significa uma espécie de economia residual, ou pouco relevante para a definição das tendências econômicas dominantes.

A “economia de subsistência” é uma mera designação de setores de baixa produtividade. Ela pode, na verdade, produzir excedente. Como vimos, trata-se de um fato estilizado que poupou Furtado de considerações suplementares sobre preços relativos. Os preços relativos, exceção feita à taxa de câmbio, são um ponto cego nos esquemas de Furtado.

Finalmente, a distinção entre setores líderes e atrasados está definitivamente associada à capacidade de gerar crescimento econômico, e não à tecnologia dominante, ao tipo de força de trabalho utilizada, ou a outras características dos setores de atividade

econômica. No seu auge, as *plantations* de cana-de-açúcar e de café representaram setores de alta produtividade, a despeito da irrelevância do progresso técnico na explicação de seus desempenhos. Constituíam setores de alta produtividade porque os preços internacionais eram elevados e o território detinha vantagens comparativas nessas lavouras. Ao transitar para a economia industrial, Furtado mostrou-se mais propenso a levar em consideração a produtividade física e o progresso técnico.

A detecção dos instrumentos de análise e dos fatos estilizados teve o objetivo de auxiliar a compreensão dos usos da análise econômica, nessa original abstração da história econômica brasileira que é **Formação Econômica do Brasil**. De todo modo, e como critério geral, nunca se deve perder de vista o fato de que a teoria econômica de Furtado é instrumental. Está voltada à compreensão do desenvolvimento econômico e, particularmente, do desenvolvimento econômico brasileiro, em sua ambiência histórica.

Além disso, a análise de Furtado está influenciada pelos destinos imediatos do processo de industrialização. Na **Formação Econômica do Brasil**, o tom dominante é de certo modo otimista, conduzido pela idéia de que o processo de substituição de importações tenderia a finalmente “completar” a estrutura industrial brasileira. Já os textos do final dos anos 60 e dos anos 70 são marcadamente pessimistas, em função da derrocada dos regimes de representação nos países da América Latina e de uma suposta estagnação econômica.¹⁷ Na quadra pessimista, Furtado modifica em diversos aspectos seus pontos de vista e suas referências teóricas. Ocorrem transformações em sua “teoria econômica”, as quais ainda estão à espera de estudos específicos.

¹⁷ Particularmente Furtado (1968).

REFERÊNCIAS

- Bielschowsky, R. (1988). **Pensamento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro, IPEA.
- Cardoso, F.H. and Faletto, E. (1970). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- Frank, A.G. (1967). **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. N. York, Monthly Review Press.
- Furtado, C. (1954). **A Economia Brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro, A Noite.
- Furtado, C. (1961). **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (1965). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Furtado, C. (1968). **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- Furtado, C. (1969). **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, LIA, 1969.
- Furtado, C. (1975). **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional.
- Furtado, C. (1983). "Auto-retrato intelectual". In: Furtado, C. **Celso Furtado**. São Paulo, Ática.
- Furtado, C. (1985). **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Furtado, C. (2000). **Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo, Hucitec/ABPHE.
- Mallorquin, C. (2005). **Celso Furtado – um Retrato Intelectual**. Rio de Janeiro, Contraponto.
- Prado Jr., C. (1996). **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense.
- Szmrecsányi, T. (2005). "The contributions of Celso Furtado (1920-2004) to development economics". In: **European Journal of the History of Economic Thought**, 12:4.